

Aprovada na 912ª Sessão

ALADI/CR/Ata 906  
(Extraordinária)  
12 de agosto de 2005  
Horas: 11h45m às 12h20m

ATA DA 906ª SESSÃO, EXTRAORDINÁRIA,  
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

Comemoração do XXV Aniversário da Assinatura do Tratado de Montevideu 1980, que cria a Associação Latino-Americana de Integração - ALADI.

---

Preside:

LEONARDO CARRIÓN EGUIGUREN

Assistem: Juan Carlos Olima e Ricardo Hartstein (Argentina), Álvaro Calderón e Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, José Amir Da Costa Dornelles, Luciano Mazza de Andrade, Roberto Goidanich e Luiz Augusto Marfil (Brasil), Carlos Appelgren Balbontín, Oscar Quina Truffa e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile), Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), Leonardo Carrión Eguiguren e Juan Larrea Miño (Equador), Perla Carvalho, Dora Rodríguez Romero e Marco Antonio Barrera Fuentes (México), Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi, Nancy Doria de Guggiari e María Inés Benítez Riera (Paraguai), Gustavo Teixeira Giraldo, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Jorge Luis Jure, Miguel Pereira e Enrique Ribeiro Crestino (Uruguai), María Lourdes Urbaneja, Luisa López Moreno e Ramón José París García (Venezuela), Antonia Luisa González (El Salvador), Vasile Macovei (Romênia) e Yan A. Burliy (Rússia).

Convidado especial: Rodolfo Nin Novoa, Vice-Presidente do Uruguai.

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

Subsecretários: José Rivera Banuet, Isaac Maidana Quisbert.

---

PRESIDENTE: Bom dia. Dou as boas-vindas a todos os presentes nesta sessão, extraordinária, número 906 do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração, para comemorar os 25 anos da assinatura do Tratado de Montevideu 1980.

Senhor Vice-Presidente, senhores Representantes Permanentes, senhores Convidados Especiais, senhoras e senhores,

Não é apenas uma grande honra, mas é altamente grato para mim, em nome do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração, dar as boas-vindas ao Doutor Rodolfo Nin Novoa, Vice-Presidente da República Oriental do Uruguai e Presidente de Congresso Nacional.

Doutor Nin Novoa, sua presença nesta Casa honra-nos profundamente.

Celebramos esta sessão especial em comemoração dos 25 anos da assinatura do Tratado de Montevideu que, em 1980, criou a Associação Latino-Americana de Integração, Organismo multilateral que substituiria a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio, ALALC, estabelecida em 1960.

Nesta ocasião, eu gostaria de compartilhar com os senhores algumas reflexões, breves, sobre o processo de integração da região.

Da perspectiva histórica, este processo tem significado e significa uma permanente busca de respostas sobre o que, como região, nós tivemos de confrontar ao longo de nossa complexa trajetória republicana. E não apenas de respostas, também de perguntas e idéias motrizes que nos permitam nos projetar para o futuro de forma tanto inovadora quanto preservadora de nossa memória histórica. Isso de um presente no qual, na América Latina, estamos embarcados em um esforço mancomunado por gerar condições para que nossas futuras gerações não tenham de continuar a estar submetidas às duras condições que ainda afetam às grandes maiorias.

Há 25 anos, os governos membros da ALALC chegaram à conclusão de que as metas e mecanismos estabelecidos no Tratado de Montevidéu de 1960 não eram atingíveis no curto prazo, nem possíveis de aplicar e resolveram, com vistas a avançar no processo de integração, assinar um novo acordo.

Recordemos que a ALALC foi criada nos parâmetros das expectativas de mudança com o espírito renovador dos anos 60. Naqueles dias, nossos países lutavam pelo que foi se chamar de “segunda independência”. Naquele momento de nossa história latino-americana, quase todos os países da região iniciaram um processo de nacionalização dos setores produtivos e de serviços básicos considerados estratégicos, como forma de enfrentar as assimetrias de poder geradas pela economia política internacional (sic).

Foram, além do mais, tempos de enorme vigor intelectual endógeno, nos quais a CEPAL liderada por Raúl Prebisch, formulava um pensamento próprio; e, pouco tempo depois, lá pelo fim dos anos sessenta, dois notáveis sociólogos latino-americanos - refiro-me ao recordado pensador chileno Renzo Faletto e a seu colega brasileiro, Fernando Henrique Cardoso - passavam a ocupar um lugar destacado na formulação da teoria da dependência, que era discutida nos círculos intelectuais e políticos do que naquela época era chamado de terceiro mundo. Eram, também, os tempos que, do México, Rodolfo Stavenhagen propunha suas sete teses sobre a América Latina. Eram, também, em nosso país sede, a República Oriental do Uruguai, os tempos daquela notável contribuição para a reflexão crítica produzida pelo grupo de “Marcha”, que era lida com avidez em toda a região.

Menciono aqueles pensadores latino-americanos, notabilíssimos, e também alguns lugares de produção de idéias dos sessenta, simplesmente como exemplos - há muitos outros - de um momento de construção de um pensamento próprio na região e da região, que refletia uma busca vigorosa por avaliar a América Latina com olhos latino-americanos; e por colocar, também a partir de um pensamento latino-americano crítico, as possíveis saídas de nosso complexo legado histórico, no contexto da economia política mundial.

Vinte anos depois, aquelas expectativas e processos tinham sido praticamente desativados e novas tendências e modos de pensar os substituíam. A chamada globalização nos envolvia e cada um de nossos países procuraria confrontar realidades de inédita complexidade, já não conjuntamente como tinha sido a idéia no momento da fundação, mas de forma fragmentada.

No tocante a nossos processos de integração dos sessenta, a perspectiva de que o projeto original tinha naufragado foi generalizada vinte anos depois. Recordemos que naquela época, a integração tinha começado a se regionalizar, os países andinos já tinham estabelecido o Acordo de Cartagena, do qual depois o Chile se separaria, e, alguns anos depois, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai estabeleceriam o MERCOSUL. Seria resolvido, então, ajustar o processo de integração a uma nova realidade. Nesse duro e difícil contexto, um brilhante grupo de negociadores conseguiria levar adiante o Tratado cujos primeiros 25 anos de vida estamos comemorando hoje.

Nesses vinte e cinco anos, o contexto internacional sofreu transformações consideráveis. Transformações cuja dinâmica foi traçando novos parâmetros dentro dos quais hoje opera a idéia de integração como horizonte possível para a América Latina.

Por mencionar, de forma rápida, alguns elementos definitórios da nova ordem mundial, recordemos, é claro, que com a queda do muro de Berlim, a dissolução da União Soviética e o fim da guerra fria, nossa inserção regional estaria enquadrada em um mundo unipolar. A União Européia se consolidaria de forma notável e o euro surgiria, adquirindo uma fortaleza nunca esperada no âmbito mundial. E, certamente, a China e a Índia passaram a ter um papel importante nas relações internacionais no âmbito econômico e político, enquanto o grupo do Pacífico começaria a substituir o do Atlântico como eixo da economia mundial.

Outrossim, a revolução tecnológica introduziu modificações decisivas nas formas de relacionamento entre países, empresas e pessoas. E as redes transnacionais instalaram-se como nova modalidade de vinculação global. Com efeito, a compressão do tempo e do espaço teve conseqüências de complexidade inédita no âmbito mundial. Todas essas mudanças marcaram de forma profunda o mundo no qual vivemos, introduzindo horizontes de infinitas possibilidades para pôr em prática, na chamada “era do conhecimento”, nossas máximas potencialidades como comunidades globais, regionais, nacionais e locais.

Enquanto isso, e de forma lacerante, os flagelos históricos de desigualdade e exclusão que têm açoitado a humanidade por séculos em todos os âmbitos, continuam vigentes. De forma especialmente inadmissível em tempos de avanço tecnológico exponencial, a fome e a desnutrição de povos inteiros são notícia diária. Setores gigantescos de regiões como a África sofrem situações inimagináveis em um contexto mundial no qual são destruídas milhões de toneladas de alimentos para manter o preço nos mercados mundiais; e lógicas econômicas brutais, para as quais a obtenção de réditos imediatos é a norma, explorando de forma ilimitada a mão-de-obra, gerando, por sua vez, lógicas perversas de escravização de trabalhadores desprotegidos no âmbito mundial, especialmente os emigrantes da periferia do mundo, mulheres e crianças.

Na era do conhecimento, continuam a existir porcentagens inadmissíveis da população do mundo em condições precárias, por baixo da linha de pobreza e a distribuição da riqueza, tanto entre países como entre suas populações, torna-se cada vez menos equitativa. As comunidades acadêmicas, os conclaves de especialistas comprometidos com a busca de saídas dessas realidades perversas, e, com certeza, os organismos internacionais, de forma específica as agências das Nações Unidas, da OIT, da CEPAL, e tantas outras, apresentam dados, montantes e estatísticas que não deixam dúvida a respeito da magnitude dos problemas de exclusão no início do século XXI.

Basta ler as notícias da imprensa para saber, dia após dia, que empresas que no passado eram fontes de trabalho dignas fecham suas fábricas ou escritórios em um país para iniciar operações em outros onde a mão-de-obra é mais barata. Nesse contexto, países de economia precária em trabalhosa busca de investimentos, abrem suas portas para que novos sistemas de produção sejam implantados, mesmo se tratando de sistemas de precarização laboral, permitindo simplesmente que seus trabalhadores recebam salários de sobrevivência, enquanto as empresas transnacionais aumentam seus lucros sem limite. Ao mesmo tempo, a brecha econômica e tecnológica entre os países de economia avançada e os que não a tem, é cada dia maior. Os efeitos de uma exploração imisericordiosa do planeta começam a ser sentidos e, deploravelmente, muitos se negam a prestar-lhe atenção.

Porém, na América Latina estão ocorrendo mudanças notáveis na forma de encarar nossos problemas compartilhados. O mandato que recebemos recentemente dos Presidentes dos países-membros da ALADI é prova real de que estamos próximos a redesenhar os parâmetros que enquadram à idéia da integração como exigência cada vez menos postergável.

Hoje é possível afirmar que nossa região latino-americana assumiu, talvez com uma determinação mais férrea do que nunca, que o único caminho que nos conduzirá a confrontar de forma decisiva os problemas ligados a nossa inserção na economia e na política internacional, às brechas tecnológicas, à precariedade laboral e à insegurança na sociedade em suas diferentes dimensões, é trabalharmos juntos. Unicamente dessa forma superaremos também, aquele nefasto legado das últimas décadas, a dívida externa, que, como sabemos, consome quase todos os recursos que geramos com o sacrifício de nossas grandes maiorias.

A América é um dos continentes mais ricos do planeta, se não é o mais rico. Contamos com todos os recursos produtivos imagináveis, mas as condições de possibilidade para uma inserção diferente de nossas bases produtivas no contexto da economia mundial ainda têm de se plasmar. Além das adversidades, muitas das quais não controlamos, é muito que podemos avançar - somos cientes -, na medida em que assumamos como motor de nosso esforço a idéia de uma integração regional efetiva. Muito podemos fazer, por exemplo, no âmbito de nossas comunicações intra-regionais, para facilitar o intercâmbio comercial como um dos eixos centrais do projeto integrador. Sabemos, por exemplo, que os custos do transporte aéreo são, em geral, proibitivos e conspiram contra uma saudável prática comercial. Também podemos fazer muito a respeito das redes de interconexão energética; o transporte do petróleo e do gás ainda não é feito com a eficiência requerida. Enfim, temos tanto a fazer. E não temos, atrevo-me a pensar, outra alternativa que “fazer caminho ao andar”.

E aqui queria chegar. Reconheçamos hoje os êxitos da ALADI. Nossa Associação tem tido, sem dúvida, um papel importante no processo de integração regional, mas não é suficiente, no tocante ao impulso que estamos em condições de lhe dar em conjunto. Agora temos de redobrar nossos esforços, no âmbito decisivo dado pelas Resoluções do Conselho de Ministros do passado mês de outubro e, especialmente, pelo mandato que estamos recebendo de nossos Presidentes, dispendo que, com a ALADI como eixo articulador, os organismos regionais avancem nos estudos e propostas para criar um espaço real de livre-comércio entre todos os países da região.

O processo esperançoso que atualmente vivem nossos países, que mostra sinais visíveis de dinamização do reconhecimento da importância de nosso esforço coletivo como Estados e cidadania latino-americana, está chamado a nos conduzir a uma integração muito mais profunda nos próximos anos. Este processo, certamente, não é propriedade de ninguém, de nenhum país ou liderança individual, mas de uma gestão mancomunada de nós todos, como Estados e Nações; e deve entender-se como prerrogativa e direito de todos nossos cidadãos, especialmente aqueles que mais sofreram as conseqüências de nossos legados de exclusão histórica, que têm o direito de exigir às nossas democracias que é hora de que os ensaios, planos e propostas, se traduzam em realidades tangíveis de bem-estar para todos.

Somos uma região com uma mesma história, uma mesma gênese e, queremos pensar com um mesmo destino. Nada determina, a priori, que não possamos avançar para a meta de integração que nos traçamos, fora nossa própria vontade coletiva.

Visões decimonônicas, herdadas do processo independentista deram-nos significados restritivos ao conceito de soberania, que foi um dos principais obstáculos para o processo integracionista. A soberania é algo muito maior e profundo, que não se perde com a integração, compartilha-a e amplia-a.

Estamos no século XXI. Não temos opção: Temos de nos dedicar, com vontade de ferro e trabalhando sem parar, para superar os atrasos que ainda restam na história de nossos povos e que ainda nos dividem. Temos de superar os problemas internos em muitos de nossos países, que também são herança de práticas coloniais. Temos de avançar pelo século XXI livres dessa pesada carga que herdamos e que ainda, em alguns casos, não pudemos resolver e teremos de fazê-lo, enfrentando obstáculos de inédita magnitude, mas com o otimismo que emana da certeza de que a idéia da integração e a experiência adquirida nesse tempo todo unicamente demonstra que a causa tem uma importância que não pode ser posta a um lado.

Fazer parte deste Comitê, prezados colegas, é um privilégio extraordinário que nossos países nos outorgaram. Deram-nos um mandato claro e decidido, que não podemos deixar de cumprir. As reflexões que os senhores me permitiram fazer nesta manhã tentam sublinhar o papel fundamental que a ALADI terá que cumprir nos próximos anos. A tarefa que temos pela frente exige superar tudo o que a Associação conseguiu até o presente, que, vale salientar, não é pouco: basta apreciar os montantes do comércio intra-regional e a grande rede de acordos entre seus membros.

E aqui vale salientar a capacidade operativa atual da Organização. O corpo técnico da ALADI não é apenas competente, mas também está comprometido com a causa da integração. Conta com uma Secretaria-Geral que está desenvolvendo um esforço enorme por articular a Associação amplamente com setores comerciais, comunidades de especialistas e com redes acadêmicas da região. Dessa forma, podemos, então, afirmar que a ALADI conta com recursos altamente idôneos para implementar as decisões de nosso Comitê, cumprindo, então, o mandato de nossos Governos. Nossa Secretaria-Geral e seu quadro de pessoal merecem, portanto, todo o apoio do Comitê que tenho a honra de presidir. Esse apoio nos permitirá avançar, de forma efetiva, na implementação desse mandato.

Não duvidemos! Temos uma árdua tarefa pela frente. Tenho plena convicção de que vamos cumpri-la. Quando sejam comemorados os 30 anos da ALADI, daqui a cinco anos, teremos de estar em condições de afirmar, de forma subsistente, que neste lustro foram implementados avanços de transcendência histórica em prol de tornar tangíveis os benefícios da integração para nossos povos; e que poderemos entrar na segunda década do século juntos, fortes, e com passo firme para concretizar as aspirações de bem-estar da sociedade latino-americana, que, no fim das contas, é a razão de ser deste processo todo. Muito obrigado.

- Aplausos.

É muito grato para mim oferecer a palavra ao Doutor Didier Operti, Secretário-Geral da ALADI.

**SECRETÁRIO-GERAL:** Senhor Vice-Presidente da República Oriental do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, senhores Legisladores Nacionais e Departamentais, senhor Presidente do Comitê de Representantes da ALADI, senhores Representantes Permanentes e Encarregados de Negócios, senhores Delegados, senhores Ex Secretários-Generais da

ALADI aqui presentes, senhores Embaixadores e demais membros do Corpo Diplomático, senhores Convidados Especiais, senhoras e senhores,

Comemorar 25 anos de um tratado e renovar a fé e a expectativa de sua vigência e atualidade constitui um marco. A ALADI nasceu em 1980, como já disse com probidade intelectual e fontes inequívocas Gustavo Magariños, também presente hoje, como uma resposta à impossibilidade da ALALC de concretizar uma zona de livre comércio. Com o Tratado de 80, assinado há exatamente 25 anos, os Países-Membros adotaram um critério pragmático e flexível que possibilitasse superar as rigidezes manifestas na negociação da ALALC de 1960.

O Tratado de Montevideu 1980, de fato, continua um processo. Às vezes não somos totalmente justos quando não damos valor ao papel da ALALC. A ALALC teve de criar a consciência e os instrumentos da integração, o espírito da integração, depois de um processo de fragmentação da região em soberanias, no qual a integração aparecia como um elemento moderno, novo, contemporâneo e, por momentos, fascinante.

Essa continuidade do Tratado de Montevideu 1980 não tem um termo estabelecido, nem objetivos ou metas suficientemente precisas ou determinadas, não tem prazos, nem peremptórios nem fatais, e também não tem objetivos qualificáveis como objetos concretos. Tem, sim, sobre uma base crítica ampla, uma amplíssima gama de acordos preferenciais na região, que constitui uma rede na qual domina a bilateralidade e, na qual talvez, um dos esforços da ALADI deveria afincar-se na busca da multilateralização dessa rede, para criar, de forma certa e determinada, essa área de livre comércio. Em definitivo, com vistas a mercado comum.

Não é hora de analisar esses instrumentos técnicos em detalhe nem de nos determos, por exemplo, nas preferências não-gerais, não-universais, bilaterais, falar nos APs, nos ACEs; não é tempo, não é momento, trata-se, apenas, de uma evocação sumária de que dispomos dos instrumentos necessários. Em definitivo, trata-se, então, ao completar 25 anos, não de nos regozijarmos com o mero transcurso do tempo, de simplesmente nos alegrarmos pela contagem fatal dos anos, mas de tomar esta etapa como uma plataforma de lançamento para etapas superiores e, dessa perspectiva, é bom revistar o que está ocorrendo nesta região, o que está acontecendo e quais são as ações possíveis da ALADI nesta região.

A região está crescendo; em 2004, a demanda de produtos provenientes dos países da ALADI cresceu por quarto ano consecutivo, cresceu 24,3% em comparação com 2003, especialmente devido ao comércio com a China e o Japão.

No âmbito intra-MERCOSUL, o comércio cresceu 36%. Em 2005, no primeiro quadrimestre do ano em curso, as exportações intra-regionais cresceram 30% em comparação com o mesmo período de 2004.

O período finalizado em 31 de março de 2005 totalizou 63 bilhões de dólares de comércio intra-regional, 6,2% acima do mesmo período de 2004. Esse montante não inclui um dos países-membros, mas é sinal do crescimento registrado.

É nesta realidade que a ALADI está inserida hoje. Uma região econômica que cresce em seu comércio endógeno, que cresce em seus acordos de comércio bilateral e que cresce, também, em institucionalização. O MERCOSUL, a Comunidade Andina, o NAFTA são acordos de países parceiros desta instituição, que, embora diferenciados, baseados no princípio da proximidade concertam interesses, celebram acordos de indubitável projeção.

A CAN e o MERCOSUL procuram convergir. A Comunidade Sul-Americana de Nações tenta se formalizar.

Este é o contexto, este é o quadro. Dentro deste contexto e dentro deste quadro, faz sentido e é importante nos referirmos às Resoluções 59 (XIII), 60 (XIII) e 61 (XIII), não como meros atos formais institucionais de decisões do Conselho de Ministros, que terão de ser incorporadas ao repertório das coleções de Resoluções e atos desta Organização, mas como uma recapacitação, eu diria, em um único ato -embora isso seja resultado, naturalmente, de um processo de trabalho prévio- sobre a necessidade de ter o Espaço de Livre Comércio, e como um objetivo, o de reestruturar a Secretaria para poder fazê-lo e o de dar aos PMDERs, i.e, aos países de menor desenvolvimento econômico relativo, um tratamento diferenciado e preferencial, de acordo com a busca de equilíbrios e igualdades básicas em uma região que não admite a igualdade como idioma comum, que não admite a exclusão como linguagem cotidiana e que busca intensamente, em liberdade, a integração.

Uma integração não imposta, uma integração voluntária, querida pelos Estados, e porque é querida pelos Estados é que eles se expressaram univocamente em suas Resoluções no Conselho de Ministros.

Mas a ALADI tampouco pode se regozijar olhando para dentro, tornando-se uma espécie de visão “guetizada” da realidade regional. A ALADI tem de procurar as conexões razoáveis com outras instituições regionais e extra-regionais. Na ALADI devem conviver os diversos mecanismos para encontrar um projeto comum. Talvez a convergência Comunidade Andina - MERCOSUL seja o primeiro sobressalente desse processo, mas não é o único, pois a ALADI também está formada por países que não integram nem uma nem outro e também são países-membros desta Organização, com similares e legítimas expectativas de participação e inclusão nesse processo.

Mas também há uma ALADI relacionada com a sociedade civil. Hoje se fala em sociedade civil, às vezes de uma visão contestatária da sociedade política, como se a sociedade política não fosse também civil. Nós pertencemos a uma espécie no gênero do pensamento que acredita que na sociedade civil domina a atividade não-oficial, enquanto que na sociedade política, que também é civil, domina a atividade oficial. Por isso vemos ambas como complementares e não antagonicas, vemo-las concertantes e não-fracionadas, vemo-las como um discurso no qual sua univocidade nasce da complementaridade das ações e dos objetivos de umas e de outras.

A ALADI trabalha com a sociedade civil. Ainda ontem tivemos ocasião, em um Grupo de Trabalho desenvolvido pela ALADI - Forças Produtivas - de examinar os atores da produção, tanto empresariais quanto trabalhistas. O setor trabalhista e o setor empresarial têm de ser objeto de especial atenção da ALADI. O pilar acadêmico ao qual se referem de forma reiterada as Resoluções do Conselho de Ministros deve ser incluído para o concerto educacional e cultural, porque o déficit educacional, o déficit cultural e o déficit tecnológico, são, talvez, raiz de boa parte dos males de nossa região, região que cresce materialmente no âmbito comercial por fatores próprios e alheios, mas que, certamente, terá de crescer muito mais com base em uma população culta, educada e tecnicamente dotada.

Então, qual é nosso desafio? Nosso desafio é viver em um mundo de globalidade. São tempos de integração em um mundo global, que obriga, de certa forma, a ter respostas da visão regional para uma agenda que não é estabelecida pela região e cujas grandes linhas são determinadas pelo mundo exterior, mas que requer os amadurecimentos e ajustes próprios da região.

Dessa forma, temos várias questões centrais:

O que fazer com a pobreza? E o que fazer com a exclusão? O que fazer com o conhecimento, a educação, a cultura? O que fazer com a fragmentação? Evitar o risco da atomização, evitar o risco de que cada um sinta que pode desenvolver coisas desconexas, divorciadas ou separadas do outro.

Globalização e regionalismo, esse é o grande binômio dentro do qual a ALADI se inscreve, e este novo tempo da ALADI, com instrumentos próprios de um sistema regional integrado e, ao mesmo tempo, com uma agenda diferente daquela que caracteriza o acordo de comércio do norte ou a própria Comunidade Andina ou o MERCOSUL, que têm objetivos redefinidos no interior das sub-regiões. A ALADI conta como um processo político integrador, no qual se renovam o verbo da integração e o compromisso da integração, não como mera demanda de desobstrução de fronteiras ou de remoção de obstáculos ao comércio ou de acesso ao mercado, mas que aparece como uma invocação mais transcendente para o próprio conceito de integração.

Portanto, é notório que, para que isso ocorra, temos de ter, não apenas uma dose, mas uma overdose de vontade política; sem essa overdose de vontade política, encarregada de executar e desenvolver nossos acordos ALADI, apenas poderá movimentar-se, movimentar-se-á com a quarta parte das revoluções necessárias, sem jogar o *match*, a partida que a região espera que jogue.

Nós acreditamos na integração, pensamos que o mundo não se constrói com base em elementos atomizados ou da soma de 192 Estados sentados na Assembléia-Geral das Nações Unidas. O mundo se constrói, também, com regiões, que representam valores, identidades, aproximações. A ALADI deve ser um fator de aproximação dentro dela e para fora dela.

É dessa perspectiva que vemos os 25 anos como uma plataforma, não para voltar a contar ações e lineamentos, mas como uma base sobre a qual todos nós possamos trocar e expressar critérios, às vezes positivos, às vezes negativos, com um olhar atento para o futuro.

Por último, uma menção que não posso deixar de fazer. Temos hoje os Subsecretários sentados junto a nós, Isaac Maidana, da Bolívia, e José Rivera, do México, ambos os Subsecretários responsáveis de sendas áreas neste processo de reestrutura ordenado pela já referida Resolução 60 do Conselho de Ministros. Dessa forma, cumprimos com uma parte não-insignificante das encomendas do Conselho de Ministros, após um trabalhoso e complexo processo de análise e concerto. Estamos já, sem pretextos, em condições de funcionar em plenitude. Contamos com o apoio de duas pessoas, experientes ambas, que terão de contribuir com elementos de informação, de conhecimento e de compromisso com esta região e com este mecanismo de integração; portanto, é hora de também fazer este reconhecimento.

Aos países-membros, nosso reconhecimento por isso.

Para terminar, também fazem hoje 25 anos de trabalho nesta Casa 23 funcionários, número não insignificante, se olharmos o conjunto do quadro de pessoal da ALADI. Também a eles nosso reconhecimento, nosso agradecimento e, ao mesmo tempo, manifestamos a eles e a todos os funcionários, sem exceção, que estes 25 anos devem nos encontrar unidos, com o mesmo espírito de 25 anos atrás, com similar força, com similar vocação de serviço. Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE: Tenho a honra de, neste momento, oferecer a palavra ao Doutor Rodolfo Nin Novoa, Vice-Presidente da República Oriental do Uruguai.

VICE-PRESIDENTE DO URUGUAI (Rodolfo Nin Novoa): Muito obrigado, senhor Presidente.

Senhoras e senhores Embaixadores, senhores Delegados, senhor Secretário-Geral, que foi o portador deste convite que não pude recusar de jeito nenhum, dentre outras coisas, porque tinha certa dívida pessoal com o senhor porque não pude vir para sua posse.

O senhor sabe, Secretário, que nós temos profundo respeito intelectual pelo senhor e quando o senhor me convidou para participar da comemoração destes 25 anos, e enquanto o escutava afirmar que este era tempo não de comemorações, mas de definições, eu pensava que o senhor estava dizendo parte de meu discurso.

Porque este é, sem dúvida, um momento no qual nos reafirmando nas definições e nos conceitos pró-integração, temos de olhar em frente, para esses processos que estão ocorrendo em nossa América Latina.

Portanto, sinto-me altamente honrado por estar aqui e devo confessar que é a segunda vez que venho em minha atividade política, o que também me dá certa dose de vergonha, porque como cidadão entusiastamente partidário dos processos de integração, deveria ter este Organismo como referência, para que seja o que os senhores definiram e têm como mandato ser os articuladores destes novos processos de uma região que necessária e inequivocamente tem a obrigação de se integrar.

Nestes processos de integração, concebida não apenas como uma área de livre-comércio, como já foi dito aqui, mas como um estágio superior, no qual a integração das pessoas e a possibilidade de que homens e mulheres de nosso continente, de todo o continente americano possam ter acesso aos benefícios do progresso, é um desafio que algum dia nós teremos de assumir perante as gerações que nos sucedam, e estes organismos de integração têm um papel fundamental nestas questões. Porque produzir não é o problema, o problema é se implantar-se, o problema é complementar-se. Há 25 anos, o total da produção mundial que era comercializado era de 14%, hoje é de 25% (sic). Isso nos mostra que nas regiões onde aumenta a produção, quando o mundo aumenta a produção, quando as pessoas têm mais acesso às possibilidades de satisfazer suas necessidades básicas, vão se gerando as possibilidades de criação e de geração de riqueza; isso é o que dá o comércio: possibilidades de geração de riquezas; e o desafio da América é sair dessa tão triste e horrível condição de ser o continente que pior distribui sua riqueza de todos os continentes do mundo.

Temos que sair dessa situação e, quando participamos de eventos similares a este, sentimos que no cerne, na medula do pensamento latino-americano há uma vocação integracionista. A América Latina está se movimentando, toda a América Latina está se movimentando.

Há poucos dias tivemos chance, senhor Presidente, de participar do que foi chamado de Macro Roda de Negócios entre o Uruguai e a Venezuela. Nessa ocasião tive a idéia de mencionar, emular, usar, no bom sentido da palavra, um pensamento de Galeano, a respeito da utopia já repetida várias vezes, até pelo Presidente Chávez.

A utopia, diz Galeano, esta utopia concreta da qual estamos falando, de combater a pobreza, dar oportunidades às pessoas, de melhorar as condições de vida dos latino-americanos; esta utopia é como o horizonte, a gente se aproxima dois passos e o horizonte se afasta dois passos, se aproxima cinco passos mais e o horizonte vai se afastando e, talvez seja difícil atingi-lo, mas, para que é que serve? Para nos mobilizarmos e a América Latina está se mobilizando e as coisas que estão ocorrendo hoje nesta região do mundo são coisas auspiciosas, nas quais confiamos muito, nas quais temos muitas expectativas.

Por isso, senhor Presidente, senhoras e senhores Embaixadores, senhores Delegados, creio que se todos fizermos o que temos que fazer, i.e., são ações que transcendem as posições meramente declamatórias e declarativas, que são ações concretas em uma América Latina que teria de se preocupar mais em ver como complementar-se e não como competir para assumir esse desafio que eu mencionava há pouco: o dilema é ver aqui como nos inserimos no mundo e como distribuimos o que nós geramos de uma forma mais justa e equitativa. E aqui aparecem as vontades políticas, como já foi mencionado que são, sem dúvida, também inequívocas de muitos pontos de vista.

Mas temos dificuldades, certamente as temos, porque seria tolice não reconhecê-lo, e muitas vezes alguns conceitos mal-entendidos de nacionalismos fazem-nos brigar entre nós em vez de nos juntarmos para enfrentar os desafios em benefício de nossas populações.

Eu acabei de chegar - e por isso cheguei atrasado; apresento as desculpas do caso - de um fato transcendente no mundo produtivo uruguaio. Neste mundo de concorrência e de desunião e de todas essas coisas, hoje foi assinado um acordo entre onze cooperativas de produção, que se juntaram em uma única; e, quando, às vezes, a gente pára para pensar quais poderiam ser as alternativas ao capitalismo e ao socialismo e a todas essas coisas - se for verdade que apenas existem essas alternativas - eu, pessoalmente, penso que essa é uma maneira: o cooperativismo é uma forma incipiente de dar às economias essa unidade e fortaleza necessária para avançar em um mundo cheio de dificuldades, egoísmos e encerramentos também.

Porque muitas vezes aqueles que não se abrem, nos pedem que nós nos abramos; e nós vamos nos abrir na medida em que o mundo esteja aberto. Não temos problema ou temor de competir em um mundo aberto na medida em que as condições sejam iguais para todo o mundo. Portanto, estando eu aqui, senhor Presidente, não em nome do Governo, porque considero que este foi um convite que surge mais do respeito e do afeto que muitos dos que estamos aqui nos temos, mas em nome de uma geração que teve a sorte, por mandato constitucional, não apenas a nós, mas aos que nos precederam e aos que nos sucederão, viver um momento muito especial neste processo de união e de integração; em nome dessa geração, que vai além das faixas etárias, eu diria que confio absolutamente em que o intelecto, a capacidade de trabalho, a pessoa de bem que significa cada um dos que estão aqui, vão dar o enquadramento adequado para que a ALADI seja esse fator articulador de um processo de integração latino-americana que nos dê melhores perspectivas, sobretudo aos mais esquecidos, aos mais postergados, aos mais infelizes de um continente, que como muito bem disse o Presidente do Comitê, tem tudo o que podemos imaginar; deve ser o continente mais rico do mundo, porém, tem a metade de sua população imersa na pobreza.

Esse é o desafio. Nesse desafio comprometemo-nos inequivocamente e estamos dispostos a levar adiante as ações necessárias para que esse sonho se concretize. Muito obrigado. Parabéns! E, adiante!

- Aplausos.

PRESIDENTE: Convidamos agora o Doutor Nin Novoa para que assine o Livro de Visitantes Ilustres da ALADI.

- O Vice-Presidente da República Oriental do Uruguai assina o referido livro.

Antes de encerrar a sessão, convido os senhores Representantes para pousar para a foto oficial em comemoração dos 25 anos da ALADI, junto com o senhor Vice-Presidente do Uruguai.

Encerra-se a sessão.

---